

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/019355
RECORRENTE: JOSÉ MARTINS DA SILVA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA
BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: P000603893

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Art. 230, XVIII do CTB – “Conduzir Veículo em Mau Estado de Conservação.” Prazo para apresentação de recurso à JARI prejudicado pelo atraso na entrega da NIP pelos Correios. Questão que impõe arquivamento do AIT por inobservância apenas dos Princípios da Ampla Defesa, Contraditório e art. 282, §4º, do CTB. Demais pedidos improcedentes. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pela empresa Recorrente representada pelo sócio, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **P000603893**, ao rigor do art. 230, inciso XVIII, do CTB, na data de **14/01/2017**, na Rodovia BA531, Km 5, na cidade de Camaçari - Bahia.

Em sua defesa recursal, a Recorrente aduz que recebeu notificação fora do prazo para apresentação de defesa, o que implicou em comprometimento de sua ampla defesa e contraditório, dentre outros requerimentos.

O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou documento pessoal de identificação, cópia do CRLV, cópia da NIP, cópia do contrato social, consulta de rastreamento dos Correios, e consulta a prontuário ao Sistema DETRAN/BA.

O presente processo encontra-se instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital da NAI e da NIP, cópia do auto de infração de trânsito e foto do veículo captada pelo equipamento no momento da infração, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do Recurso.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, verifico que as razões recursais atendem aos interesses legais do Recorrente apenas no que se refere à alegação de nulidade por comprometimento da ampla defesa e contraditório pela supressão de prazo para apresentação de recurso à JARI, conforme será devidamente demonstrado ao longo deste voto.

Percebe-se do Relatório de Auto de Infração – Extrato extraído do Sistema de Multas de Trânsito – SMT que NAI foi expedida dentro do prazo de 30 (dias), entretanto, não se pode negar que quando do recebimento da referida correspondência (Relatório de Notificação AR – Digital), percebe-se que o prazo para apresentação do condutor e defesa de autuação, de no mínimo 15 (quinze) dias foi observado, já que a NAI foi entregue em 20/02/2017, e os prazos respectivos em 06/03/2017 e 20/03/2017. Por outro lado, como dito pelo Recorrente que citou a data do vencimento do prazo e que denota ser do recurso e não para “defesa de autuação, havendo quanto à Notificação de Imposição de Penalidade supressão de prazo em contrariedade ao artigo 282, §4º do CTB, eis que foi recebida a correspondência no endereço do Recorrente em 12/05/2017 e o prazo para recurso até 30/07/2017.

Diante do exposto, verifica-se que as razões recursais atendem aos interesses legais do Recorrente apenas no que se refere ao prazo para apresentação do condutor e defesa de autuação, o que se manifesta como prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pelo Recorrente, face à devolução de toda a matéria de direito em razão do manejo de seu irrisignação de forma tempestiva a esta JUNTA e diante do emanado pelo **artigo 282, §4º do CTB e Resolução nº 619/2016 do CONTRAN**, e ficando prejudicados eventualmente outros pedidos, VOTO no sentido de reformar a decisão exarada pela Comissão de Defesa de Autuação para CONHECER o recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. P000603893 lavrado contra JOSÉ MARTINS DA SILVA, insubsistente, determinando o seu arquivamento.**

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, julgando insubsistente** o Auto de Infração de nº. **P000603893** determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 15 de setembro de 2020

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em exercício – SIT- Relator

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular – FETRABASE

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI